

VULNERABILIDADES SOCIOECONÔMICAS DE PESSOAS LGBT NO RIO DE JANEIRO

Autores:

*Clarisse Cavalcante Kalume (Micro Rainbow International – ckalume@micro-rainbow.org)*¹

*Lucas Paoli Itaborahy (Micro Rainbow International – lpaoli@micro-rainbow.org)*²

Co-autor: *Julio Cesar Carneiro Moreira (Micro Rainbow International – jmoreira@micro-rainbow.org)*³

Resumo

Este estudo tem como objetivo expor e analisar a situação de desigualdade social e econômica vivenciada pelas pessoas LGBT de baixa renda no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, onde o trabalho de campo foi realizado. Baseado na pesquisa “Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro”, publicada pela ONG britânica Micro Rainbow International em 2014 e em seu subsequente projeto social em andamento, o artigo investiga como os padrões de interseccionalidade entre classe social, orientação sexual e identidade de gênero se conformam na produção de vulnerabilidades específicas para a população LGBT do Rio de Janeiro e as consequências da desigualdade de renda em suas vidas.

Palavras-chave: LGBT. Pobreza. Orientação sexual. Identidade de gênero. Interseccionalidades.

¹ Pós-graduanda no curso de especialização em gênero e sexualidade UERJ/IMS – CLAM/EGeS (2015/2016).

² Mestre em Práticas de Direitos Humanos (Roehampton University / University of Tromsø/ University of Gothenburg).

³ Graduando em Eventos da Universidade Estácio de Sá (2014/2016).

Abstract

This study aims to discuss and analyze the situation of social and economic inequality experienced by low-income LGBT people in Brazil, specifically in Rio de Janeiro, where the fieldwork was conducted. Based on the research "People LGBT living in poverty in Rio de Janeiro", published by British NGO Micro Rainbow International in 2014, and its subsequent social project in progress, the article investigates how intersectionality patterns between social class, sexual orientation and/or identity gender produce specific vulnerabilities for the LGBT population of Rio de Janeiro and the consequences of income inequality in their lives.

Keywords: LGBT. Poverty. Sexual orientation. Gender identity. Intersectionalities.

1. Introdução

A pobreza afeta a todos, mas não de forma indiferenciada. Relatórios e estatísticas que focam na problemática da pobreza tendem a generalizar “populações de baixa renda”, desconsiderando, assim, a heterogeneidade da pobreza e as necessidades específicas de alguns segmentos. Um dos segmentos marginalizados e, portanto, deixados de fora da “retórica da pobreza” é a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros/as (LGBT). Considerando que pessoas em “situação de pobreza” são as que vivem com uma renda inferior a US\$ 1,25 por dia⁴, este artigo oferece um vislumbre sobre as vulnerabilidades socioeconômicas da população LGBT em situação de pobreza no Rio de Janeiro.

Os contextos sociais e políticos do Brasil constituem um pano de fundo para entender a vida dessas pessoas - o que acentua ainda mais a premissa de que as pessoas LGBT vivem realidades diferentes e, regra geral, estão mais propensas a estar em situação de pobreza do que as pessoas não-LGBT. O acesso limitado a oportunidades de emprego e/ou a discriminação no ambiente de trabalho, a falta de apoio familiar e a discriminação ou perfil inadequado junto a instituições bancárias/financeiras estão entre as principais

⁴ Para os fins desse estudo, adotamos o referencial de pobreza extrema utilizado pelo Banco Mundial (1,25 dólares em poder de paridade de compra – ppp).

razões que levam a população LGBT ao empobrecimento ou as vulnerabilizam a tal situação (Itaborahy, 2015).

Este artigo analisa os resultados da pesquisa-ação “*Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*”, no intuito de investigar as consequências das intersecções entre orientação sexual, identidade de gênero e outros marcadores sociais nas condições de vida da população LGBT de baixa renda do Rio de Janeiro. Realizada pela ONG britânica Micro Rainbow International (MRI), a pesquisa resultou em uma ação de fomento à empregabilidade e empreendedorismo para este público-alvo desenvolvida pela ONG supracitada, em processo contínuo de coleta de dados.⁵

Insta mencionar que, além da abordagem socioeconômica, a pesquisa em questão também apresenta dados oriundos de fontes variadas sobre violência homo-transfóbica, incluindo agências governamentais e organizações da sociedade civil, trazendo elementos para a reflexão sobre a gravidade desta questão tanto no Rio como em todo o país. Ademais, o estudo problematiza e identifica fatores e tendências entre a população LGBT em situação de pobreza no Rio de Janeiro para subsidiar ações e recomendações para o enfrentamento efetivo da exclusão socioeconômica LGBT.⁶

2. Pobreza, identidade de gênero e orientação sexual no Brasil

A sociedade brasileira é historicamente estratificada e marcada por profundas desigualdades sociais, com privação de direitos básicos para grande parte da população. Contudo, essas assimetrias não incidem uniformemente sobre todos os grupos sociais: elas são orientadas também por marcadores sociais da diferença, como gênero, etnia e classe social, que confluem e se articulam produzindo vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas e psíquicas consideráveis para determinados grupos sociais. No caso da população LGBT, as intersecções entre classe e orientação sexual e/ou identidade de gênero geram tendências inequívocas de marginalização que dificultam fortemente a mobilidade social deste grupo.

⁵ A pesquisa baseou-se na análise de dados de entrevistas com indivíduos LGBT de baixa renda no Rio de Janeiro feitas entre 2012 e 2013 e foi publicada originalmente em inglês em junho de 2014. A tradução para o português foi lançada em maio de 2015.

⁶ Ver *Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*, Itaborahy (2015: 52).

Apesar do Brasil ter uma legislação considerada progressista em relação à isonomia de direitos, dos avanços recentes nas políticas de redistribuição de renda e da maior atenção de políticas públicas voltadas para a população LGBT, o país continua sendo palco de intensa exclusão e violência homo-transfóbica. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, uma pessoa LGBT é assassinada no Brasil a cada 26 horas, em média (GGB, 2013). Essa dessincronia entre avanços legais e inclusão efetiva é sintomática de uma sociedade excludente e desigual e resulta em restrições no usufruto de direitos legalmente conquistados para determinados grupos, entre os quais a comunidade LGBT.

O levantamento bibliográfico feito por Itaborahy (2015)⁷ indica que a vulnerabilidade socioeconômica à qual a população LGBT está exposta é direta ou indiretamente responsável por:

1. Produzir condições para vários tipos de discriminação e violência devido à complexa articulação entre diversos marcadores sociais da diferença (identidade de gênero, orientação sexual, raça, classe social).
2. Dificultar a formação de relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo, obrigando pessoas LGBT a permanecerem coabitando com suas famílias e perpetuando vínculos de dependência econômica em relação às mesmas;
- 3 . Criar uma hierarquia de opções de entretenimento de acordo com a faixa de renda, restringindo os espaços de sociabilidade e reforçando a exclusão e a marginalização das classes mais baixas entre a população LGBT;
- 4 . Alocar comunidades LGBT mais sólidas em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

Tendo o Rio de Janeiro como locus privilegiado de análise, esse estudo pretende, pois, contribuir para a compreensão das vulnerabilidades socioeconômicas LGBT - em sua diversidade e multifatorialidade - e como estas afetam, na prática, as condições de vida, segurança e bem-estar desta comunidade.

⁷ Ver Marsiaj (2003); Silva (2011) e Siagg (2011).

3. A pobreza e a comunidade LGBT no Rio de Janeiro

As desigualdades regionais, marcadas pela forte concentração de recursos econômicos, políticos e culturais ao longo do processo de urbanização do país, intensificado em meados do Século XX, produz fortes impactos sobre a distribuição geográfica da comunidade LGBT (Oxhorn, 1995). Grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro não só concentraram poder e riqueza - tornando-se os polos administrativos e econômicos do país - mas também atraíram lésbicas e gays de todo o país, formando, assim, comunidades LGBT mais sólidas (Marsiaj, 2003).

O Estado do Rio de Janeiro tem o maior número de casais - 10.170 - formados por pessoas do mesmo sexo (Álvares e Mariz, 2011). Segundo a pesquisa Mosaico Brasil, realizada em 2008 em todas as capitais brasileiras, a cidade também reuniria o maior percentual de homens gays no país e a segunda maior de lésbicas. Mais precisamente, 19,3% da população do Rio é composta de homens gays e bissexuais e 9,3% de mulheres lésbicas e bissexuais (Abdo, 2008, p.9). Aplicado à população total - 6.320.446 habitantes segundo o último censo do IBGE⁸ - isso implica dizer que existem mais de 1,8 milhões de gays, lésbicas e bissexuais vivendo na cidade, ou seja, cerca de 30% da população do município. Não entra nesse número a forte presença de travestis e transexuais, pela ausência de dados demográficos consistentes sobre esse grupo. Apesar da forte atração que a cidade – considerada a capital gay do país - exerce sobre o público LGBT, tanto para migração quanto turismo, os relatórios do governo sobre violência homofóbica, situam o Rio de Janeiro como o 13º estado brasileiro com o maior número de denúncias em 2012 (Brasil, 2013, p.56). Foram registrados 217 casos relacionados a 544 diferentes violações contra a população LGBT naquele ano (Brasil, 2013, p.78).

No Rio de Janeiro a hierarquia das redes e espaços de sociabilidade LGBT é bastante acentuada, uma vez que o uso de locais públicos na cidade muda drasticamente de acordo com a classe social (Parker, 1999). Ademais, as comunidades LGBT de baixa renda no Rio sofrem hostilidade e agressões brutais por paramilitares, traficantes de drogas e pela polícia. A situação é ainda pior para as lésbicas e mulheres trans afrodescendentes devido à persistência do racismo e do machismo (Siagg, 2011; Silva, 2011).

⁸ Ver Rio de Janeiro: Infograficos: Dados Gerais do Município, <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330455&search=rio-de-janeiro%7Crio-de-janeiro%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>

Também podemos citar a pluralidade identitária, social e de organização da sociedade civil presente na comunidade LGBT no Rio, bem como a existência de políticas públicas nas esferas municipal e estadual como o Projeto Damas da Coordenação Especial de Diversidade Sexual da Prefeitura e o Programa Rio sem Homofobia do Governo Estadual, além de políticas públicas intersetoriais que abrangem a pauta LGBT como fatores que apontam para a relevância social do tema e pertinência da abrangência territorial da pesquisa.

3.1 Coleta de dados sobre a comunidade LGBT: um desafio metodológico

Apesar de ser essencial conhecer o tamanho da população LGBT para elaborar políticas públicas e alguns tópicos de pesquisa, as tentativas de mensurar essa população enfrentam vários desafios conceituais e metodológicos, tais como diferenças nas definições de quem está incluído na população LGBT, diferenças de métodos de pesquisa e uma falta de perguntas consistentes feitas em pesquisas ao longo do tempo (GATES, 2010, p.2). Por essas e outras razões, os obstáculos para obtenção de dados e mensuração da população LGBT bem como dos níveis de exclusão LGBT são uma questão reconhecida internacionalmente. Em 2015, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) convocou um grupo de especialistas, do qual a Micro Rainbow International (MRI) faz parte, para elaborar indicadores de inclusão LGBT, no intuito de vencer esta dificuldade crônica de mensuração em níveis internacional e também local.

No Brasil, o acesso a dados demográficos básicos sobre a população LGBT bem como de informações que contribuam para o entendimento de sua posição no quadro geral de desigualdade de renda também é bastante limitado, sendo necessário recorrer a diversas fontes para chegar às estimativas supramencionadas, por exemplo.

Assumida essa dificuldade e no intuito de obter um conhecimento mais detalhado sobre a comunidade LGBT de baixa renda no Rio, este estudo priorizou uma investigação empírica e uma abordagem qualitativa, considerada a mais apropriada para o tema levantado. O método qualitativo de coleta desse tipo de dado também permitiu que a equipe de pesquisa utilizasse a experiência de vida dos indivíduos para sustentar os argumentos apresentados ao longo do relatório.

As entrevistas foram realizadas com aplicação de um questionário elaborado pela MRI e revisado por um grupo de acadêmicos e ativistas para garantir a sua relevância e eficácia na extração de informações para análise. A proposta foi traduzida para o português e testada e revisada antes de ser aplicada ao grupo de amostra. O questionário é composto de 40 questões divididas em quatro seções, visando a coleta de dados pessoais e sociais sobre a vida dos entrevistados, suas experiências em relação a discriminação com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero e de suas atuais situações econômicas e de emprego.

Com a ajuda do Programa Rio Sem Homofobia do Governo Estadual, a equipe MRI mapeou as áreas favoráveis para aplicação dos questionários de acordo com a concentração de pessoas LGBT em situação de pobreza e facilidade de acesso. Foram selecionadas as regiões do Centro, favelas do Alemão e da Maré, Zona Oeste e Baixada Fluminense. O Rio sem Homofobia também colocou a MRI em contato com ativistas e ONGs locais para facilitar a aplicação dos questionários de entrevistas.

Por fim, foram analisados dados provenientes de 46 entrevistas realizadas com indivíduos LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro, atendendo à seguinte representatividade:

- 8 entrevistadas se identificaram como mulheres lésbicas;
- 14 como homens gays;
- 2 como homens bissexuais;
- 10 como mulheres trans;
- 12 como travestis.

Os dados coletados nestas entrevistas foram então interpretados sob uma perspectiva de análise descritiva, que ajudou a interpretar as respostas dadas nos questionários para produção do relatório da pesquisa. A limitação do N amostral deve-se ao fato de que a pesquisa não se esgota nessa fase, continuando mediante a execução do Projeto Micro Rainbow Brasil, resultado da própria pesquisa e aprovado em 2014 pelo Instrumento Europeu para Democracia e Direitos Humanos (IEDDH) da União Europeia. Assim, as conclusões e desafios desta pesquisa subsidiam as linhas de ação e resultados buscados com este projeto, bem como o desenvolvimento de indicadores e ferramentas de monitoramento e avaliação aplicados em sua execução.

Conforme afirma Itaborahy (2015), o objetivo desta pesquisa-ação não é, pois, criar uma larga base de análise estatística sobre o tema, mas sim fomentar o debate e produção de conhecimento sobre a situação das pessoas LGBT situação de pobreza no Rio, tema pouco explorado pela academia, sociedade civil e gestores públicos, buscando interpretar melhor estas realidades, destacar possíveis tendências e identificar novas áreas propícias à pesquisa e atuação junto ao público-alvo.

3.2 Resultados da pesquisa de campo

A análise dos dados coletados corrobora os apontamentos de nosso levantamento bibliográfico sobre a maior probabilidade do grupo analisado se tornar e/ou continuar em situação de pobreza pelo estigma, preconceito e discriminação que enfrentam devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Os dados empíricos foram sintetizados por Itaborahy (2015) a partir da situação dos entrevistados em relação aos seguintes indicadores de inclusão socioeconômica:

1 . Educação.

Nenhum dos entrevistados concluiu o ensino superior. 23 deles afirmaram ter abandonado os estudos devido à falta de apoio financeiro e à necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento das famílias e seis apontaram ainda a discriminação relacionada à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero como motivo principal da evasão escolar, como apontam os seguintes depoimentos:

“Durante toda a infância eu sofri abusos verbais e físicos por parte dos alunos e professores.”⁹

“Na 5ª série, eu fui perseguida depois da escola por outros alunos que me chamavam de ‘sapatão’”.¹⁰

Esse déficit educacional tem um papel decisivo nas oportunidades de trabalho e condições de vida – poder aquisitivo, moradia, acesso a bens e serviços – disponíveis para esta população.

⁹ Ver Itaborahy (2015: 46).

¹⁰ Idem.

2 . Condições de moradia

Mais de metade dos entrevistados (25) mora com suas famílias e 41% dos entrevistados afirmaram não ter condições de pagar suas despesas básicas de subsistência, tais como aluguel, alimentação e transporte. 57% contam ainda com auxílio financeiro ou simbólico de familiares, parceiros ou amigos, o que aponta para situações de fragilidade e dependência financeira.

3 . Ocupação

Quadros de desemprego ou instabilidade de renda também são uma realidade comum entre os entrevistados. Apenas 39% deles estão empregados, a maioria com baixa remuneração. A falta de qualificação e oportunidades no mercado, problemas de saúde e o preconceito baseado na orientação sexual e/ou identidade de gênero estão entre as razões mais apontadas pelos entrevistados para a falta de emprego. O trabalho sexual é a fonte mais comum de renda para as trans entrevistadas, e cinco travestis que participaram da pesquisa afirmaram que esta é a única opção de trabalho possível para elas. Sentimentos de impotência e desamparo são frequentes nos depoimentos, manifestos por uma forte descrença na possibilidade de saída da pobreza e na recorrência de discriminação, abuso e violência enfrentados por eles, como atestam os seguintes depoimentos:

“Eu já passei por vários momentos desagradáveis e constrangedores com meus clientes...se eu recusasse fazer algo ou satisfazer seus desejos, eles sempre respondiam com comentários transfóbicos...Eu já sofri abuso físico de alguns clientes quando eles percebiam que eu tinha pênis... as vezes eles me obrigavam a fazer coisas que eu não queria ou até mesmo se recusavam a pagar. Eu sempre tive medo de suas reações violentas!”¹¹

“Há muito tempo, eu tive muitas dificuldades de encontrar emprego, só porque eu sou travesti. Por isso, a única solução que tive foi a prostituição. As coisas só mudaram quando eu comecei a lutar pelos meus direitos e me tornei ativista. Mas depois que eu descobri que tinha AIDS, tudo foi por água abaixo e eu nunca encontrei um emprego descente de novo.”¹²

4 . Mercado de trabalho

A experiência dos entrevistados nesta área aponta para um consenso sobre a desigualdade no mercado de trabalho: 86% acreditam que heterossexuais dispõem de

¹¹ Ver Itaborahy (2015: 47).

¹² Idem.

mais oportunidades de emprego, pois enfrentariam menos preconceito e discriminação. Os entrevistados que se reconhecem como gays, lésbicas ou bissexuais cisgêneros acreditam ainda que têm mais oportunidades que travestis e trans:

“Sempre foi um pesadelo. Todas as vezes que eu procurava emprego em lojas ou salões de beleza, quando notavam que eu era trans*, as pessoas simplesmente me dispensavam e nunca me chamavam para uma entrevista.”¹³

“Eu sentia muito preconceito durante entrevistas de emprego, quando percebiam que meu nome social não era igual ao meu nome de nascimento... Ninguém me entendia e eu nunca consegui chegar ao final dos processos seletivos”¹⁴

Tal fato corrobora a ideia de que a correspondência aos padrões cis-heteronormativos amplia a oferta de oportunidades de trabalho reforçando, portanto, o argumento de que esconder a sexualidade e/ou identidade de gênero traria eventuais vantagens nesse sentido:

“Os salários (para as pessoas LGBT) ainda são muito baixos em relação a outros cargos e é difícil encontrar LGBTs, principalmente T, em cargos mais altos.”¹⁵

“Quando eu trabalhava como vendedora, meu chefe me proibia de usar maquiagem e me vestir como mulher. Ele queria que eu fosse discreta e me comportasse como um homem, caso contrário eu seria demitida.”¹⁶

“De 2008 a 2011, enquanto procurava emprego em salões de beleza, eu sempre era dispensada quando descobriam que eu era trans.”¹⁷

5 . Acesso ao crédito

40% dos entrevistados não possuem uma conta bancária, geralmente pela insuficiência de renda para tal fim. A maioria (65%) nunca requisitou empréstimo bancário por diferentes razões, incluindo falta de conhecimento sobre como dar entrada nesse tipo de processo e a instabilidade do seu emprego ou renda, que dificulta sobremaneira o planejamento financeiro adequado para quitar o empréstimo.

6 . Benefícios sociais

Metade dos entrevistados recebe ou já recebeu algum tipo de benefício social, entre os quais bolsas de programas de transferência de renda ou de estudo, pensões ou

¹³ Ver Itaborahy (2015: 47).

¹⁴ Idem, p.47.

¹⁵ Idem, p.42.

¹⁶ Idem, p.47.

¹⁷ Idem, p.48.

seguro de saúde. Este auxílio é normalmente utilizado para cobrir as despesas domésticas, investimento em formação e demais despesas pessoais. Metade dos entrevistados também recebeu outras formas de auxílio como assessoria jurídica, aconselhamento, assistência de saúde, entre outros serviços públicos voltados especificamente para a população LGBT.

7 . Discriminação

87% dos entrevistados sofreram discriminação por causa da orientação sexual e / ou identidade de gênero em ambientes públicos, protagonizada por distintos atores, inclusive prestadores de serviços. 61% dos entrevistados relataram episódios de discriminação na escola e os que afirmam não terem sofrido com isso informaram que não frequentavam a escola ou não assumiam essa condição no ambiente escolar. Abaixo, alguns depoimentos sobre homofobia na escola:

“Eu já fui xingado, apedrejado e humilhado por alunos mais velhos durante a escola primária.”¹⁸

“Eu fui trancado no banheiro por outros estudantes e humilhado pelos professores.”¹⁹

“Fui expulsa da escola na 5ª série pelo diretor.”²⁰

No mercado laboral, os entrevistados acreditam que a assunção como LGBT no trabalho incide em pressão, impondo medo de represálias ou tratamento diferenciado:

“Uma vez eu trabalhei como porteiro e no momento em que as pessoas se deram conta de eu era gay, tudo mudou. Começaram a me dar menos turnos que os outros porteiros, eu sempre ouvia piadas e comentários homofóbicos, até o ponto em que meu chefe me demitiu sem nenhuma razão.”²¹

As entrevistas revelaram que as “pessoas LGBT de baixa renda no Rio têm de lidar com situações de trabalho precárias, tratamento desigual e injusto, empregos informais e renda irregular, o que os torna mais vulneráveis à pobreza e à exploração” (Itaborahy, 2015: 50). A pesquisa demonstrou, também, que as mesmas sofrem frequentemente “com a violência verbal, física e sexual e outros abusos motivados pela homofobia e a transfobia” (Itaborahy, 2015: 50). Esses abusos convergem em um quadro crônico e alarmante de baixa autoestima e falta de confiança entre os sujeitos analisados.

¹⁸ Ver Itaborahy (2015: 46).

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem, p. 48

Em suma, os resultados do trabalho de campo sugerem que as diversas intersecções entre pobreza, orientação sexual e identidade de gênero resultam em acesso inadequado à educação, moradia, trabalho, saúde, serviços públicos e oportunidades financeiras. É recorrente a ideia de que a vulnerabilidade socioeconômica afeta a comunidade LGBT da mesma maneira que afeta indivíduos heterossexuais. No entanto, como indica Itaborahy (2015), a articulação de múltiplos fatores de discriminação, como gênero, raça, classe social com a orientação sexual ou identidade de gênero produz uma realidade incontestável de desigualdades socioeconômicas e de marginalização e de difícil ruptura para a população LGBT.

4. Desdobramentos da pesquisa: Projeto Micro Rainbow Brasil

Os apontamentos do relatório da pesquisa de campo fundamentaram a execução de Projeto Micro Rainbow Brasil (MRI), um projeto piloto com duração de três anos (2015-2017) com ações nos eixos de empregabilidade e empreendedorismo para população LGBT de baixa renda no município do Rio de Janeiro. Para tanto, a MRI assegurou um aporte orçamentário da União Europeia através do Instrumento Europeu para Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) e consolidou parceria com o Grupo Arco Íris de Cidadania LGBT e outras entidades que atuam com a comunidade LGBT em esfera local.

No intuito de atender algumas das necessidades verificadas nas entrevistas e tendo em vista experiências bem-sucedidas de inserção socioeconômica com o público-alvo em outros países onde a organização atua, foram adotadas as seguintes linhas de ação:

- Treinamento em educação financeira e gestão de negócios²² para abertura, expansão ou formalização de pequenos empreendimentos, bem como acompanhamento e orientação individual pós curso.
- Encaminhamento de beneficiários para cursos profissionalizantes, oficinas e treinamentos gratuitos para melhoria de sua qualificação técnica e acesso a oportunidades de trabalho.

²² Curso ministrado pela ONG parceira Planet Finance.

- Treinamento para empresas privadas e provedores de qualificação profissional sobre as barreiras enfrentadas por pessoas LGBT para acessar o mercado de trabalho formal, com recomendações para adoção de políticas e práticas corporativas inclusivas baseadas em pesquisas e diretrizes internacionais. O objetivo é sensibilizar as empresas privadas e prestadores de serviço para que possam contratar pessoas LGBT e incorporar políticas de valorização da diversidade em seu quadro funcional.

- Encaminhamento para requisição de microcrédito com taxas de juros acessíveis, em parceria com agências de fomento ou via plataforma de empréstimos online da MRI, para arrecadar fundos para pessoas LGBT que queiram abrir ou expandir seus pequenos negócios.

Compreendendo ainda que a condição de privação de direitos e exclusão produz graves impactos psicossociais sobre o público-alvo, o projeto também busca ampliar seu escopo e abordagem promovendo parcerias com especialistas em *coaching* e avaliação de competências e habilidades profissionais, como a empresa Educativa.

O projeto recebe interessados em fluxo contínuo, que entram em um cadastro de usuários. Ao primeiro contato é realizada uma entrevista individual dividida em dois momentos: no primeiro é aplicado um questionário para registro de dados pessoais, perfil socioeconômico e onde busca-se compreender as expectativas/área de interesse profissional do beneficiário, para encaminhamento adequado às ações de empregabilidade e empreendedorismo (ou ambas). Na segunda etapa é realizada uma entrevista mais detalhada onde busca-se apreender as percepções e sentidos atribuídos às suas experiências de exclusão socioeconômica como LGBT. O questionário contém perguntas abertas, fechadas e algumas com pontuação e versam sobre a incidência de preconceito, discriminação, violência homo-transfóbica, nas diversas esferas de suas vidas, acesso a bens e serviços, condições de moradia e dependência financeira, buscando dar conta também da influência de outros marcadores sociais. Há ainda questões específicas sobre acesso e discriminação no mercado de trabalho. Esse questionário é aplicado novamente ao final do projeto para avaliar seus impactos efetivos sobre as vidas e oportunidades de trabalho e renda alcançados pelos beneficiários atendidos.

Com esse instrumental é possível encaminhar os beneficiários aos cursos e oportunidades mais convergentes com seu perfil e desejo, ajustando ações e apontando novos caminhos e respostas que atendam melhor às necessidades emergentes ao longo da

execução do projeto, além de contribuir para uma base de dados mais consistente sobre as vulnerabilidades LGBT em nível local. Como parte da metodologia de monitoramento também serão realizados estudos de caso mais aprofundados que permitam não somente avaliar impactos, mas também agregar novas informações e testar hipóteses levantadas na primeira etapa da pesquisa, iniciada em 2013.

Isto posto, acredita-se que a inclusão socioeconômica de pessoas LGBT de baixa renda no município do Rio de Janeiro possa produzir ainda, mediante a criação de exemplos positivos e visibilidade da presença LGBT no mercado de trabalho, efeitos consistentes sobre a redução da homo-transfobia e atitudes sociais negativas quanto à orientação sexual e identidade de gênero e ampliação de oportunidades de trabalho e renda para esta população.

Espera-se, ainda, que o projeto estimule a produção de conhecimento e debate sobre a influência da orientação sexual e identidade/expressão de gênero sobre a reprodução de condições específicas de vulnerabilidade socioeconômica da população LGBT e incentive a criação e adoção de iniciativas, programas e políticas públicas e privadas com o mesmo escopo.

5. Considerações Finais

O levantamento sobre as condições socioeconômicas da população LGBT do Rio de Janeiro feito por Itaborahy (2015) demonstrou que a comunidade T (travestis e transgêneros) vivencia vulnerabilidades específicas em relação aos LGBs (lésbicas, gays ou bissexuais). Observou-se ainda, pelos relatos colhidos tanto no estudo de campo quanto nas entrevistas com beneficiários do projeto Micro Rainbow Brasil, que gays, lésbicas e bissexuais cis sofrem - ou percebem - menos discriminação e têm mais chances no mercado de trabalho que seus pares com expressão considerada mais “afeminada” ou “masculinizada”, por exemplo. Essas duas observações apontam para a relevância da cisnormatividade na reprodução de estigmas e exclusão, que tem resultado, ao menos aparentemente, em discriminações mais recorrentes e palpáveis que a própria heteronormatividade no lócus de investigação adotado. Portanto, a assunção de identidades e expressões mais dissonantes do binarismo de gênero produz impactos significativos sobre as condições de vida e inclusão social da comunidade LGBT.

No entanto, a natureza dessas diferenças, ou seja, das particularidades concernentes à orientação sexual ou identidade de gênero precisa ser melhor investigada e compreendida para que cada grupo seja assistido em suas necessidades específicas e para que não se incorram em reducionismos. Boa parte dos beneficiários LGBs, por exemplo, não assume sua orientação sexual em diversos espaços de sociabilidade alegando que a sexualidade é um assunto da esfera privada. É comum o comentário “ninguém precisa saber” referindo-se à natureza opcional do ato como um elemento que evita conflitos e cria uma atmosfera desejável de proteção e “respeito”. Quando inquiridos, porém, sobre as razões de não assumirem a orientação sexual no ambiente do trabalho, muitos admitem receio de sanções, manifestações de preconceito dos colegas e até de demissão, reportando já terem passado por esse tipo de assédio em muitas situações.

Podemos, pois, complexificar a compreensão sobre o mercado de trabalho para a comunidade LGBT analisando dois fatores: acesso e permanência. No tocante ao acesso existiria uma relativa “facilidade” para os/as cisgêneros, conforme discutido anteriormente em 3.2. Travestis e transexuais estariam, regra geral, mais fragilizados/as quanto à entrada no mercado de trabalho devido à visibilidade inerente à afirmação de sua identidade de gênero, que não é passível de ser ocultada, como a orientação sexual o é (Silva, 2011). Deste modo, podemos identificar uma tendência entre beneficiários cisgêneros a referirem-se à importância do “respeito” como um elemento fundamental para sua permanência no ambiente de trabalho atribuindo a si mesmos a responsabilidade por isso. “Dar-se respeito” é quase um sinônimo de manutenção de sigilo ou discrição absoluta quanto à própria vida afetiva. Já no caso da comunidade trans, a menção à dificuldade de obter sucesso em entrevistas e processos seletivos e da necessidade de “neutralizar” sua expressão de gênero para melhorar as chances de acesso é muito mais frequente.

Contudo, é preciso problematizar essa aparente facilidade para os cisgêneros no mercado, pois além do alto custo social implicado em não poder assumir a própria orientação sexual – que pode incluir a impossibilidade de apresentar companheiros/as nos espaços corporativos ou ouvir piadas homofóbicas dos colegas de trabalho sem poder se posicionar a respeito disso - muitas vezes a permanência bem como a ascensão a postos de trabalho está condicionada à sua não revelação. A discricionariedade da assunção, revela, pois, mais sobre as estratégias individuais de negociação do estigma que sobre a

própria estigmatização. Ademais, esse elemento escamoteia profundamente a percepção sobre a homofobia nos relatos de cisgêneros/as, criando uma falsa ideia de “vantagem” sobre os transgêneros/as e dificultando uma mensuração mais acurada e honesta sobre o grau de preconceito e discriminação imputados à orientação homoafetiva.

Durante todo o trabalho de campo feito por Itaborahy (2015) e execução do projeto Micro Rainbow Brasil também não foi possível entrevistar pessoas intersex que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro. Por isso, outras pesquisas são necessárias para destacar as realidades específicas enfrentadas por indivíduos intersex, especialmente sobre como eles são afetados pela pobreza. Foi identificada ainda a necessidade de investigar a situação de pobreza da população LGBT utilizando uma abordagem mais jurídica, a fim de examinar como a pobreza afeta o reconhecimento e acesso aos direitos humanos fundamentais para tal população.

Referências bibliográficas

Abdo, Carmita (2008). *Mosaico Brasil*. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Projeto Sexualidade. Extraído de: http://sites2.uai.com.br/tva/ja2/projeto_mosaico_brasil_coletiva_rj_mg.pdf

Albelda, Randy; Badgett, Lee M.V.; Schneebaum, Alyssa and Gates, Gary J. (2009). *Poverty in the Lesbian, Gay and Bisexual Community*. University of California: The Williams Institute. Extraído de: <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Albelda-Badgett-Schneebaum-Gates-LGB-Poverty-Report-March-2009.pdf>

Avelar, Rezende Bruno de; Brito, Walderes; Mello, Luiz A. (2010). *A (in)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas*. Ser Tão, Goiânia. Extraído de: <http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/interna.php?id=5>

Brasil, Secretaria de Direitos Humanos (2012b). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2011*; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF. Extraído de: <http://portal.sdh.gov.br/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-o-ano-de-2011/Relatorio%20LGBT%20COMPLETO.pdf>

Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012*. Extraído de: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>

Carrara, Sérgio; Ramos, Silvia. (2005). *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro : CEPESC / IMS Extraído de: <http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>

Dehesa, Rafael de la. (2010). *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emerging democracies*. Durham, NC: Duke University Press.

D'Emilio, John. (1993). *Capitalism and the gay identity*. In Henry Abelove, Michele Aine Barale and David M. Halperin (Eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. (pp. 467–476). New York and London: Routledge.

Frankel, Adam. (2013). *Report on the Human Rights Situation of Afro-Brazilian Trans Women*. Washington, DC: Global Rights: Partners for Justice. Extraído de: http://www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Report_on_Situation_of_Afro-Bazilian_Trans_Women.pdf

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). *Pobreza, desigualdade e políticas públicas. Comunicados da Presidência n.38*. Secretaria de Assuntos Estratégicos, Governo Federal. Extraído de: http://www.asabrazil.org.br/userfiles/file/pobreza_desiguales_pp_ipea.pdf

Garcia, Marcos Roberto Vieira (2008). *Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda*. Universidade de São Paulo. Extraído de: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/prostituio_e_atividades.pdf

Gates, Gary J. (2011). *How many people are lesbian, gay, bisexual and transgender?* University of California, The Williams Institute. Extraído de: <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/research/census-lgbt-demographics-studies/how-many-people-are-lesbian-gay-bisexual-and-transgender/>

GGB (2013). *Relatório 2012 – Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil*. Grupo Gay da Bahia 2013. Extraído de: <http://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>

Green, James N. (1999). *Beyond carnival: Male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Itaborahy, Lucas Paoli. (2012). *LGBT Rights in Brazil: an analysis of the public policies established by the Federal Government to recognize the human rights of the LGBT community*. (Unpublished Master's Thesis) University of Tromsø (Norway), Roehampton University (UK) and University of Gothenburg (Sweden). Extraído de: <http://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/5101/thesis.pdf?sequence=2>

Itaborahy, Lucas Paoli. (2015) *Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*. Londres, Reino Unido: Micro Rainbow International C.I.C.

Martins, Marco A.M.; Fernandez, Osvaldo; Nascimento, Érico Silva do (2010). *Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências*. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos: Universidade Federal de Santa Catarina.

Marsiaj, Juan P. (2003). *Gays ricos e bichas pobres: Desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 10 (18/19), 133-145.

Mello, Luiz. (2006). *A(Anti)homosexual familism and regulation of citizenship in Brazil*. *Estudos Feministas*, 2. Florianópolis: Revista Estudos Feministas.

Oxhorn, P. (1995). *From controlled inclusion to coerced marginalization: The struggle for civil society in Latin America*. In John R. Hall (Ed.). *Civil society: Theory, history and comparison*. (pp. 253- 254) Cambridge: Polity Press.

Parker, Richard G. (1999). *Beneath the Equator: Cultures of desire, male homosexuality, and the emerging gay communities in Brazil*. New York: Routledge.

Rio de Janeiro, Governo do Estado. (2012). *Revista Rio Sem Homofobia*. Extraído de: <http://www.youblisher.com/p/402661-Revista-Rio-Sem-Homofobia/>

Schilt, Kristen and Westbrook, Laure. (2009). *Doing gender, doing heteronormativity: "Gender Normals", transgender people and the social maintenance of heterosexuality*. *Gender and Society* 23(4): 440-464.

Siagg, Mahomed. (2011). *Gays e lésbicas são caçados nas favelas do Rio pelo tráfico e pela milícia*. O Dia. Extraído de: <http://educadoresemluta.blogspot.com.br/2011/07/gays-sao-cacados-nas-favelas-do-rio.html>

Silva, Wilson H da. (2011). *Gays, lésbicas e travestis pobres no Rio: Entre a cruz e a espada*. [Web Article] Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado (PSTU) Extraído de: http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=13099&ida=0

Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana R. B. *Sexual Politics and Sexual Rights in Brazil. A Case Study*. In: CORRALES, Javier & PECHENY, Mario. *The Politics of Sexuality in Latin America: A Reader on Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Rights*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh, Press, 2010.

Waiselfisz, Júlio Jacobo. (2012). *Mapa da violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. Extraído de: http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/CAOPCRIM/mapa2012_web.pdf

World Bank, Research Development Group. (2010). *PovCalNet: An online poverty analysis tool*. Extraído de: <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/index.htm>